Capítulo 93

Contradições do mundo contemporâneo: o Brasil, da redemocratização às reformas de base

Os militares que ajudaram a derrubar Getúlio Vargas não ficariam satisfeitos com os governos que viriam a seguir, muito menos com o caminho tomado pela redemocratização. No governo de João Goulart, o processo tomaria as feições de reformas de base, com a nacionalização das refinarias de petróleo e uma tímida reforma agrária. Os militares se insurgiriam, com apoio da classe média, da classe dominante (proprietários rurais e industriais) e do capital internacional.

No período que vai de 1945 a 1964, houve indefinição de rumos, além de tentativas diversas de realizar a democracia, expressa na Constituição de 1946. Ela não é apenas política mas também econômica e social. Requer, junto com a participação política, a diminuição das desigualdades sociais e econômicas, o que exigiria mudanças profundas para uma mais justa distribuição da terra e da renda. Com isso, as classes dominantes jamais concordariam.

1. O fim do Estado Novo

Até a década de 1940, as simpatias de Vargas e de muitos membros de sua equipe se dirigiam ao bloco fascista europeu, autoritário como o modelo político brasileiro. A tendência se fortaleceu quando a II Guerra Mundial começou, devido ao sucesso inicial das forças do Eixo.

Getúlio demorou a decidir-se em relação à guerra. A opinião pública então passou a pressionar o governo em favor dos Aliados; os Estados Unidos também: entraram no conflito em 1941 e queriam instalar uma base aérea no litoral do Rio Grande do Norte. Vargas queria construir uma usina siderúrgica. Tinha chegado a oportunidade. Em troca da concessão para a base aérea e do apoio brasileiro aos Aliados, os Estados Unidos financiariam a siderúrgica de Volta Redonda.

O afundamento de cinco navios brasileiros, supostamente por submarinos alemães, reforçou a decisão, em 1942. O povo foi às ruas protestar. Vargas, pressionado, rompeu relações com os países do Eixo e declarou guerra à Alemanha e à Itália, em 22 de agosto. Em meados de 1944, partiu a *Força Expedicionária Brasileira* (FEB), que se incorporou ao exército americano e combateu no norte da Itália. O Brasil perdeu 2 000 soldados e 37 navios.

Havia uma contradição na participação brasileira: enquanto a FEB lutava na Europa contra regimes totalitários e ao lado de países democráticos, no Brasil havia um regime ditatorial. O alinhamento do Brasil com os Aliados contribuiu decisivamente para o fim do Estado Novo.

As manifestações pelo fim da ditadura e a favor de eleições começaram antes mesmo de terminar a guerra. Vargas, correndo contra o relógio, fez uma reforma constitucional em fevereiro de 1945: regulamentou o alistamento e as eleições para a presidência da República, os governos estaduais, o Congresso Nacional e as assembléias legislativas. A seguir, anistiou os presos políticos, o que favoreceu o debate público e a organização de partidos. O quadro partidário ficou assim constituído:

- **UDN**, União Democrática Nacional (centro-direita, conservador);
- **PSD**, Partido Social Democrático (centro);
- **PTB**, Partido Trabalhista Brasileiro (centro-esquerda);
- **PSP**, Partido Social Progressista (centro-direita);
- **PCB**, Partido Comunista Brasileiro (esquerda);
- **PRP**, Partido de Representação Popular (direita).

Vargas conseguiu apoio de setores trabalhistas e dos próprios comunistas, graças às medidas tomadas em benefício dos trabalhadores e à sua política nacionalista (criação do Conselho Nacional do Petróleo, Companhia Vale do Rio Doce etc.). Grupos se organizaram em defesa dele. O movimento ficou conhecido como *queremismo*: "*Queremos Getúlio!*", era a palavra de ordem.

Setores da classe dominante, do capital internacional e das Forças Armadas, no entanto, não queriam mais Getúlio: ele não representava mais seus interesses e por isso retiraram o apoio que

vinham dando ao Estado Novo. Aproveitando o pretexto da nomeação de Benjamin Vargas, irmão do presidente, para o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal, em 29 de outubro de 1945, os chefes militares obrigaram Getúlio a deixar o governo.

A presidência foi entregue ao ministro José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal. Getúlio retirou-se para sua estância em São Borja (Rio Grande do Sul). Nas eleições, realizadas em 2 de dezembro de 1945, elegeu-se presidente o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra no governo de Getúlio e por ele apoiado discretamente.

2. Uma Constituição liberal

A quinta Constituição brasileira, quarta da República, promulgada em 18 de setembro de 1946, resultou do trabalho da Assembléia Constituinte eleita em 2 de dezembro de 1945. Seguindo a tendência liberal que venceu o nazifascismo, deu grande autonomia aos Estados; restabeleceu a república federativa e democrática, formada por cinco territórios e vinte Estados, cada um com sua Constituição e governo eleito pelo voto popular. Instituiu eleições diretas e secretas em todos os níveis. Seus princípios mais importantes eram os seguintes:

- igualdade de todos perante a lei;
- liberdade de manifestação de pensamento; censura apenas para espetáculos e diversões públicas;
- inviolabilidade do sigilo de correspondência;
- liberdade de consciência e de crença religiosa;
- liberdade de associação;
- proibição de partido ou associação cujo programa contrariasse o regime democrático;
- inviolabilidade do domicílio;
- prisão só em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade competente;
- garantia de ampla defesa do acusado.

Pouco rico, muito miserável

Uma das mais importantes realizações econômicas do período 1945-1964 foi o desenvolvimento da *indústria de base*, a partir de 1946, quando começou a funcionar a Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda (Estado do Rio). O Brasil passou a produzir chapa de ferro, folha-de-flandres e chapa de aço, necessárias para o funcionamento de outras indústrias, que se expandiram: fábricas de ferramentas, pregos, parafusos, utensílios de cozinha, latas, motores, automóveis, aviões, navios.

No fim da década de 1950, começamos a fabricar automóveis, caminhões e ônibus; na década seguinte, tratores. A indústria de automóveis estimulou o desenvolvimento de fábricas afins, produtoras de assentos, faróis, faroletes, pára-brisas, pára-choques e outras.

O aumento do número de veículos de passeio e a discreta produção de tratores indicam a orientação da indústria automobilística: busca atender às aspirações de ascensão social dàs classes médias urbanas, mais do que aperfeiçoar as técnicas agrícolas e aumentar a produtividade no campo. Isto em parte acontece porque os trabalhadores rurais, em sua maioria, não são proprietários das terras que cultivam. Eles muitas vezes nem têm condições de se vestir ou se alimentar, quanto mais de modernizar suas atividades. A atuação governamental nesse terreno foi mínima, o que contribuiu para concentrar a propriedade da terra em poucas mãos.

A indústria de base exigiu a construção de *usinas hidrelétricas* mais potentes. O setor tomou impulso com a instalação da usina de Paulo Afonso no Rio São Francisco (Bahia) em 1955. Seguiram-se Furnas, em Três Marias (Minas Gerais); e outras em vários Estados. A mais recente é a gigantesca Itaipu, na divisa do Brasil com o Paraguai. Aqui também o objetivo foi satisfazer às necessidades da grande indústria, inclusive multinacional, que recebe energia a baixo custo.

Com a criação da *Petrobrás* (Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima) no segundo governo de Vargas, estabeleceu-se o monopólio estatal sobre a exploração do petróleo. Isto estimulou o desenvolvimento da *indústria de derivados do petróleo*, como fábricas de asfalto, fertilizantes, borracha sintética, ceras, tintas, matérias plásticas.

Cresceram ainda outros setores industriais: fábricas de rádios, televisores, geladeiras, eletrodomésticos em geral, ladrilhos, louças, vidros, papel, conservas e muitas outras.

O progresso industrial que se seguiu ao fim da II Guerra Mundial limitou-se ao Sudeste. Nas outras regiões continuaram predominando as

atividades econômicas tradicionais. A conseqüência foi o aumento das correntes migratórias, principalmente do Nordeste para o Sudeste e do campo para a cidade. Compare:

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
1950	*36%*	*64%*
1960	*45%*	*55%*
1970	*56%*	*44%*
1980	*66%*	*34%*

Os bens produzidos pelas indústrias ficaram acessíveis apenas a uma pequena parcela de brasileiros, aqueles que conseguiram superar os níveis mínimos de subsistência. Continuou marginalizada, política e economicamente, a maior parte da população, constituída de trabalhadores que recebem salário-mínimo ou menos, de subempregados ou desempregados. A renda produzida pelos brasileiros ainda não se transformou em hospitais, escolas, casas e centros de promoção humana. Em 1980, 7 milhões de crianças de 7 a 14 anos não freqüentavam escola, apesar da obrigatoriedade constitucional, e metade dos municípios brasileiros (quase 2 000 deles) continuava sem médico residente.

3. Um tiro no coração

Em dezembro de 1945, três candidatos concorreram à presidência da República: o general Eurico Gaspar Dutra, apoiado pelo PSD e PTB, partidos ligados a Getúlio; o brigadeiro Eduardo Gomes, apoiado pela UDN; e o engenheiro Yedo Fiúza, pelo PCB. Venceu Dutra.

Apesar de ter apressado o fim do Estado Novo, Dutra o sustentou militarmente, como ministro da Guerra de Getúlio por nove anos. Fez um governo conservador e sem iniciativas (1946/1951). Os políticos da época, desacostumados à liberdade, perdiam-se em debates que a nada levavam.

Dutra rompeu com a URSS e tornou ilegal o Partido Comunista. Cassou seus parlamentares e pôs fim ao segundo período, de menos de dois anos, em que o PCB teve existência legal desde sua fundação em 1922.

Getúlio havia exercido uma política populista e paternalista. O povo tinha dele a imagem de *paizão* amigo. Este fator, aliado ao imobilismo do governo Dutra, trouxe Getúlio de volta ao poder "nos braços do povo", agora eleito pelo voto. O monopólio estatal da exploração do petróleo e a expansão da siderúrgica de Volta Redonda foram as marcas de seu governo (1951/1954).

O país enfrentava dificuldades: carestia, livre importação de artigos supérfluos, diminuição das divisas, greves. Getúlio dava uma resposta considerada populista: aumentos salariais. Acusado de pretender instalar uma república sindicalista, passou a sofrer forte oposição da UDN.

Em 5 de agosto de 1954, um expoente dessa oposição, o udenista Carlos Lacerda, sofreu um atentado em que morreu seu guarda-costas Rubens Vaz, major da Aeronáutica. As Forças Armadas se alarmaram. Oficiais da Aeronáutica responsabilizaram membros da guarda presidencial pelo atentado. Diante das pressões militares para que renunciasse, Getúlio preferiu o suicídio com um tiro no coração, na manhã de 24 de agosto de 1954. Era o fim trágico de um quarto de século de domínio getulista sobre os destinos do país. Em sua carta-testamento, Getúlio condenou "grupos internacionais" aliados a "grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho". As últimas palavras da carta emocionaram até os adversários políticos:

"Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História."

4. Rumo às reformas e ao golpe

O vice de Getúlio, Café Filho, garantiu as eleições de outubro de 1955, apesar da pressão de militares pelo adiamento. Unidos, PSD e PTB lançaram Juscelino Kubitschek (PSD), ex-governador de Minas Gerais, tendo como vice o ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, João Goulart, o *Jango* (PTB). Eles venceram o general Juarez Távora e Milton Campos (UDN).

Doente, Café Filho se afastou após as eleições e deu lugar ao presidente da Câmara, Carlos Luz. Descontentes com a vitória de Juscelino, a UDN e setores da Marinha e Aeronáutica tentaram um golpe. O ministro da Guerra, general Teixeira Lott, antecipou-se aos golpistas: depôs Carlos Luz, que governou apenas dois dias, e deu posse na presidência ao vice-presidente do Sena-

do, Nereu Ramos. Estava garantida a posse dos eleitos, Juscelino e Jango.

Os golpistas não descansaram no governo Juscelino (1956/1961). Setores da Aeronáutica tentaram vários golpes, como as revoltas de Jacareacanga, em fevereiro de 1956, e de Aragarças, em dezembro de 1959. Juscelino anistiou todos os envolvidos. Imprimiu à administração um novo ritmo, moderno e dinâmico. Buscou o desenvolvimento a qualquer preço: o preço de uma inflação galopante, descontrolada até hoje. Prometendo fazer o país progredir *50 anos em 5*, baseou seu governo no trinômio *estradas, energia e transportes*; e sobretudo na construção da nova capital, *Brasília*, aspiração já expressa na Constituição de 1891.

Juscelino tomou medidas desenvolvimentistas:

- ofereceu garantias e facilidades às empresas estrangeiras que instalassem fábricas de automóveis, caminhões e tratores;
- construiu hidrelétricas;
- abriu rodovias, como a Belém–Brasília, que uniram regiões até então isoladas entre si;
- expandiu as indústrias do aço e da construção naval.

Eram estas as prioridades do *Plano de Metas*, considerado o primeiro plano global de desenvolvimento da economia brasileira. O Plano de Metas pretendia oferecer melhores condições de infraestrutura para o setor secundário — a indústria de transformação — e estabelecer as metas a atingir até 1960 nos setores considerados prioritários: energia, transportes, alimentação e indústria de base.

Em 21 de abril de 1960, aniversário da morte de Tiradentes (1792) e véspera do aniversário da chegada dos portugueses ao Brasil (1500), Juscelino inaugurou sua obra máxima, Brasília. A nova capital resultou do trabalho de milhares de brasileiros, em sua maioria nordestinos, os *candangos*. Planejada pelos arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, até o fim do século XX não conseguiria realizar um dos objetivos principais de sua construção: a integração da Amazônia, que ocupa 60% do território brasileiro.

Em 31 de janeiro de 1961, Juscelino entregou a faixa presidencial a Jânio Quadros, que passou a praticar política ambígua: independente no plano externo e subserviente aos conservadores no plano interno. Sofrendo forte oposição no Congresso, frustrou as esperanças moralizadoras de 6 milhões de eleitores — o maior número de votos conseguidos por um candidato à presidência até então. Renunciou em 25 de agosto de 1961, antes de completar sete meses de governo.

O vice de Jânio, João Goulart, viajava pelo exterior, e o presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, assumiu a presidência interinamente. Os militares entenderam que Jango seria prejudicial à segurança nacional, por supostas ligações com os comunistas. Tentaram "rasgar" a Constituição, mas esbarraram em forte reação, sobretudo no Rio Grande do Sul, onde civis e militares se uniram em defesa da legalidade, sob a liderança do governador gaúcho Leonel Brizola. Os ministros militares aceitaram uma solução: Jango poderia exercer a presidência, desde que adotasse o regime parlamentarista, o que se fez mediante Ato Adicional à Constituição de 1946.

No *parlamentarismo*, o primeiro-ministro é chefe de governo e o presidente é chefe de Estado, função mais decorativa, que inclui comparecer a recepções, receber outros chefes de Estado etc.

No *presidencialismo*, o presidente é chefe de Estado e chefe de governo, dispõe de maiores poderes e goza de certa independência em relação ao Legislativo. Jango tomou medidas que, em parte, o levariam a perder o poder:

- convocou plebiscito em que, por ampla maioria, em 6 de janeiro de 1963, recuperou os poderes de presidente previstos na Constituição de 1946;
- em dezembro de 1963, estabeleceu o monopólio estatal sobre importação de petróleo e derivados;
- em janeiro de 1964, regulamentou a remessa de lucros ao exterior;
- em 13 de março, durante comício no Rio de Janeiro, assinou decretos que nacionalizavam as refinarias de petróleo e desapropriavam, para fins de reforma agrária, propriedades com mais de 100 hectares, numa faixa de 10 quilômetros ao longo de rodovias e ferrovias federais.

Eram as *reformas de base*; elas incluíam o voto do analfabeto e a reforma universitária, que assegurava a liberdade de ensino.

5. O povo em cena

No final do período que estudamos aqui, o povo acabaria entendendoque fome e miséria não são calamidades naturais e inevitáveis em certas áreas do Nordeste e outras regiões brasi-

leiras. Os partidos políticos brigavam entre si, como sempre, para conservar ou conquistar o poder. A novidade era a intervenção das organizações populares — de estudantes, camponeses, operários e outros, mobilizados pelas reformas de base.

Os universitários atuavam dentro e fora das escolas, através de suas organizações: Centros Acadêmicos, Uniões Estaduais, União Nacional dos Estudantes (UNE). Nas escolas, procuravam criar um ensino mais próximo do povo. Nas ruas, participavam da luta geral pela superação de uma ordem social injusta. Faziam campanhas de alfabetização usando o método Paulo Freire, capaz de alfabetizar um adulto em 40 horas. Freire criou a *pedagogia do oprimido*, pela qual o analfabeto aprende a ler ao mesmo tempo que discute sua situação, usando palavras ligadas à sua realidade, que tenham a ver com o seu cotidiano, com seus problemas.

Jovens *católicos* também se organizaram para melhorar a situação precária do povo. Difundiram-se organizações como a JEC (Juventude Estudantil Católica), JUC (Juventude Universitária Católica), JOC (Juventude Operária Católica), JAC (Juventude Agrária Católica) e outras. Os *comunistas*, igualmente, desenvolviam intenso trabalho de organização e mobilização popular, apesar de ter seu partido na ilegalidade. No campo e nas cidades, intensificou-se o *movimento sindical*. Multiplicaram-se os sindicatos rurais: em julho de 1963, havia 300; em março de 1964, 1 500. No Nordeste nasceram as *Ligas Camponesas*, lideradas por Francisco Julião.

O que deu força às lutas sindicais, além da organização das bases, foi a unificação dos movimentos dos trabalhadores, com a gradativa criação de entidades regionais e nacionais:

- 1945: Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT);
- 1960: Pacto de Unidade e Ação (PUA), com mais de cem organizações;
- 1962: Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Federação de Trabalhadores Rurais (Fetape), em Pernambuco;
- 1963: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Tais organizações coroavam longo processo de luta iniciado no Estado Novo, ao preço de muitas vidas. Na *greve dos 200 000*, realizada em 1963 em Pernambuco com apoio do então governador Miguel Arraes, conseguiu-se um aumento salarial de 80%.

A mobilização popular provocou reações. Nos setores conservadores da sociedade, surgiram grupos que denunciavam a "subversão em marcha" no Brasil, tais como: Frente Patriótica Civil-Militar; Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes); Sociedade Brasileira para a Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP); Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad).

Empresários brasileiros e multinacionais financiavam tais entidades. O Ibad arrecadou soma astronômica, distribuída entre 250 candidatos às eleições de 1962, para eleger parlamentares hostis a Jango e favoráveis ao capital estrangeiro; elegeu 120 parlamentares. Entre as 152 empresas multinacionais que contribuíram estavam a Texaco, Esso, Shell, Coca-Cola e IBM.

6. Fim de época: 1º de abril

No plebiscito de janeiro de 1963, 74% dos eleitores haviam apoiado Jango; um ano depois, as classes médias urbanas pediam abertamente sua deposição e chefes militares conspiravam para isto.

O presidente perdia apoio popular devido, em parte, à propaganda do segmento mais conservador da Igreja Católica e de organizações reacionárias: eles convenceram a classe média de que Jango queria impor uma república sindicalista, confiscar propriedades, abolir a religião etc. As dificuldades econômicas também ajudaram a derrubar Jango: inflação de 73% em 1963. Resumidamente, podemos dizer que as causas estruturais do golpe militar foram as seguintes:

- a década de 1960 foi marcada por forte redução de investimentos, o que gerou desemprego e desabastecimento; a inflação corroía salários e desequilibrava pequenas e médias empresas;
- no governo Goulart, a crise do Estado populista atingiu o limite; a radicalização ideológica da *política de massas* acabou mais desestabilizando do que apoiando o Estado;
- amedrontada com a radicalização e ameaçada em seus interesses econômicos, a burguesia, com apoio das camadas médias conservadoras, voltou-se contra o governo e as instituições;
- a conspiração interna recebeu apoio dos Estados Unidos, com recursos financeiros, pres-

sões político-diplomáticas e atuação de agentes e agitadores, tudo em nome dos imperativos da *guerra fria*.

Em 13 de março de 1964, as organizações populares deram demonstração de força, realizando no Rio gigantesco comício pelas reformas de base. Seis dias depois os antijanguistas responderam com a também gigantesca *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, levando às ruas de São Paulo meio milhão de pessoas.

Em 26 de março, a gota d'água que esgotou a paciência dos militares: marinheiros e fuzileiros navais realizaram no Rio uma reunião desautorizada pelo ministro da Marinha, o que tocou num ponto sensível das Forças Armadas, a disciplina. O chefe do movimento, cabo José Anselmo, se tornaria depois um agente provocador pago pela polícia. Os participantes foram presos e, soltos em seguida, saíram em passeata triunfal.

O desrespeito ostensivo à hierarquia dividiu ainda mais o enfraquecido esquema militar do presidente. Em 30 de março, tropas mineiras começaram a deslocar-se rumo ao Rio. Na noite de 31, o governador de Minas, Magalhães Pinto, lançou manifesto rompendo com Jango e acusando-o de fomentar a indisciplina nas Forças Armadas, de tentar realizar reformas sacrificando a normalidade constitucional e de acolher planos subversivos que pretenderiam tiranizar o povo. Outros comandantes e os governadores de São Paulo, Adhemar de Barros (PSP), e da então Guanabara, Carlos Lacerda (UDN), aderiram aos conspiradores.

Em 1º de abril, Jango viajou para o Rio Grande do Sul, onde Leonel Brizola, agora deputado federal, pretendia organizar a resistência junto com organizações populares. À noite, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a presidência, contra a Constituição, pois Jango se encontrava em território nacional, e deu posse ao presidente da Câmara, Ranieri Mazzili. Jango estava deposto. No dia 4, alegando que queria evitar derramamento de sangue, exilou-se no Uruguai.

Questões propostas

1. Como Getúlio engajou o Brasil ao lado dos aliados na II Guerra Mundial? Como terminou sua ditadura? Comente.

2. Cite alguns princípios importantes da Constituição de 1946.

3. O que caracteriza o desenvolvimento econômico do período que vai do pós-guerra a 1964? Que conseqüência trouxe?

4. Comente o grande aumento da produção brasileira de automóveis em oposição à discreta produção de tratores.

5. O que caracteriza o governo Dutra?

6. Resuma o segundo governo Vargas.

7. Resuma o governo de Juscelino.

8. Como foram o governo e a queda de João Goulart?